



## NOTA TÉCNICA Nº 065/2023

### Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 2540/2023

**Tema:** Tratar de direitos das crianças e adolescentes com deficiências ou transtornos e síndromes nas Escolas

**Comissão:** Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

**Autoria do requerimento:** Vereador Pedro Patrus

**Data, horário e local:** 18/10/2023, às 9:30 h, no Plenário Camil Caram.

### Considerações Técnicas

A audiência pública em questão foi requerida com a finalidade de se debater sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiências ou transtornos e síndromes nas escolas.

Segundo descrito no requerimento que solicita a audiência pública em questão, “os cuidados de crianças e adolescentes com deficiências, transtornos e síndromes nas escolas têm sido um desafio para os professores e gestores” e o mesmo solicita dessa consultoria Nota Técnica sobre o tema, abordando a “necessidade da instersetorialidade no tratamento da matéria”.

### SAÚDE

Segundo a OMS, a saúde pode ser entendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.<sup>1</sup> Com base nessa compreensão ampliada da saúde, a Lei nº 8.080/90 dispõe que a saúde de uma pessoa

---

<sup>1</sup> ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Indicadores da Saúde.** Disponível em: [https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14405:health-indicators-conceptual-and-operational-considerations&Itemid=0&lang=pt#gsc.tab=0](https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14405:health-indicators-conceptual-and-operational-considerations&Itemid=0&lang=pt#gsc.tab=0).



é condicionada e determinada por diversos fatores, entre eles, a educação. Nesse contexto, cabe mencionar o Programa Saúde na Escola, instituído pelo Decreto nº 6.286/07, que tem como finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Considerando o objetivo desta nota técnica, também cabe observar que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Lei nº 13.146/15) e a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida (Lei nº 11.416/22) entendem como pessoa com deficiência o “indivíduo com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de forma que a interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” Ressalta-se que a Lei nº 12.764/12 estabelece que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

Os ditos impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais são condições inerentes à diversidade humana. A deficiência é o resultado da interação dessas condições com as barreiras, levando a falhas na inserção social do indivíduo. Percebe-se que a compreensão da deficiência evoluiu do modelo exclusivamente médico (biológico) para o modelo biopsicossocial, ou seja, passou a englobar as dimensões biológica, psicológica e social de um indivíduo.

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência<sup>2</sup> reconhece que “a atenção à pessoa com deficiência envolve esforços de múltiplas instituições públicas e privadas, bem como de organizações civis, cujo objetivo final é a inclusão da pessoa com deficiência na sua comunidade, habilitando-a ao trabalho e ao exercício da vida social, segundo as suas possibilidades.” Como reflexo disso, a Política prevê que os gestores do Sistema Único de Saúde - SUS - devem estabelecer processos permanentes de articulação e integração institucional. A intersetorialidade também é uma das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Criança e a parceria com as escolas permeia diversas outras Políticas, como a de Promoção da Saúde e a de Alimentação e

---

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html#CAPITULOI](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#CAPITULOI).



## Nutrição.

No âmbito da educação, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência prevê que o SUS deverá atuar em parceria com o Ministério da Educação. Considerando a descentralização como uma das diretrizes do SUS, as ações decorrentes dessa parceria repercutem nas demais esferas, como nas secretarias municipais de saúde.

### 4.1. Articulação Intersetorial

No âmbito federal, o processo de articulação deverá envolver os setores a seguir identificados, com os quais procurar-se-á estabelecer parcerias que viabilizem o alcance dos objetivos preconizados.

#### A) Ministério da Educação;

A parceria com esse Ministério buscará, sobretudo:

- a. A difusão, junto às instituições de ensino e da comunidade escolar, de informações relacionadas às deficiências, à prevenção e à limitação das incapacidades de modo a contribuir para a qualidade de vida desse segmento populacional;
- b. O estímulo à criação de centros de referência em reabilitação nos hospitais universitários, com atuação integrada com o SUS, voltado ao atendimento da pessoa com deficiência, bem como ao treinamento contínuo de equipes interdisciplinares de reabilitação;
- c. A garantia de retaguarda clínica às pessoas com deficiência inscritas na rede de ensino básico, em estreita parceria com as respectivas secretarias estaduais e municipais de educação e saúde;
- d. A reavaliação e adequação de currículos, metodologias e material didático de formação de profissionais na área de saúde, visando o atendimento das diretrizes fixadas nesta Política;
- e. A colaboração às secretarias de educação dos estados e municípios no treinamento e capacitação dos docentes para o trabalho com a pessoa com deficiência, tendo em vista a sua inclusão no ensino regular;
- f. A inclusão nos currículos dos cursos de graduação da área de saúde de conteúdos relacionados à reabilitação (Ministério da Saúde, Portaria de Consolidação nº 02/17).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html#CAPITULOI](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#CAPITULOI).



A atenção à saúde das pessoas com deficiência está organizada no SUS por meio da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, conforme disposto na Portaria de Consolidação nº 03/17 do Ministério da Saúde.<sup>4</sup> Entre as diretrizes para o funcionamento dessa rede temática, é possível notar a observância da intersectorialidade.

Art. 2º São diretrizes para o funcionamento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência:

(...)

VII - desenvolvimento de atividades no território, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania;

(...)

IX - organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersectoriais para garantir a integralidade do cuidado.

(Ministério da Saúde, 2017).

A Portaria de Consolidação nº 03/17 também prevê ações estratégicas e regras de funcionamento a serem observadas pelos componentes da Rede. A seguir, destacam-se aquelas relacionadas à educação:

- entre as ações estratégicas que a Rede estabelece para a ampliação do acesso e da qualificação da atenção à pessoa com deficiência na atenção primária à saúde, destaca-se “o apoio e orientação, por meio do Programa Saúde na Escola, aos educadores, às famílias e à comunidade escolar, visando à adequação do ambiente escolar às especificidades das pessoas com deficiência.”
- entre as regras de funcionamento a serem observadas pelos estabelecimentos da atenção especializada para atenção à saúde das pessoas com deficiência, destaca-se: “articular-se com a Rede de Ensino da Região de Saúde a que pertença, para identificar crianças e adolescentes com deficiência e avaliar suas necessida-

---

<sup>4</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003\\_03\\_10\\_2017.html#ANEXOV](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html#ANEXOV)



des” e “dar apoio e orientação aos educadores, às famílias e à comunidade escolar, visando à adequação do ambiente escolar às especificidades das pessoas com deficiência.”<sup>5</sup>

Além disso, a atenção à saúde das pessoas com deficiência também pode abranger componentes da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. Essa rede tem como uma de suas finalidades a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com transtornos mentais no âmbito do SUS. Entre as diretrizes para o funcionamento dessa rede, destacam-se o “desenvolvimento de atividades no território que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania” e a “organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado”.<sup>6</sup>

A RAPS tem diversos componentes, entre eles, os Centros de Atenção Psicossocial Infantil, que se destinam ao atendimento de crianças e adolescentes. Entre as atribuições das equipes que atuam nesses estabelecimentos de saúde, destaca-se o desenvolvimento de “atividades comunitárias enfocando a integração da criança e do adolescente na família, na escola, na comunidade ou quaisquer outras formas de inserção social”.

Além disso, o Ministério da Saúde dispõe da Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, que reconhece a articulação do SUS com os estabelecimentos da rede de educação como uma parceria necessária para a efetiva participação social e garantia dos direitos das pessoas no espectro. A publicação também reconhece as escolas como integrantes da rede de atenção ampliada às pessoas no espectro e explicita que “nenhuma criança pode ser excluída da escola”.<sup>7</sup>

Também cabe observar o disposto no Guia de Diretrizes da Rede Ambulatorial Especializada de Reabilitação, publicado pela Secretaria Municipal de Saúde, que

---

<sup>5</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003\\_03\\_10\\_2017.html#ANEXO](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html#ANEXO)

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003\\_03\\_10\\_2017.html#ANEXO](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html#ANEXO)

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para atenção às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do SUS.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoas\\_transtorno.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf).



também reconhece a intersetorialidade na atenção à pessoa com deficiência. Essa publicação estabelece que as propostas terapêuticas para o desenvolvimento de habilidades e de vida autônoma incluem, entre outros:

Efetiva participação familiar nos atendimentos, além de orientações individuais ou em grupo à família/cuidador (es) e à escola: As famílias e cuidadores participarão como agentes ativos no processo de habilitação/reabilitação intelectual. Serão abordados aspectos específicos de adaptação do ambiente e rotina doméstica, que possam ampliar a mobilidade, autonomia pessoal e familiar, bem como inclusão escolar, social e/ou profissional. (Belo Horizonte, 2022).<sup>8</sup>

## EDUCAÇÃO

A Constituição da República determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que o ensino será ministrado com base em princípios, entre eles, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. E acrescenta que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

A Lei Federal nº 9.394, de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, também determina que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia (entre outras) de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

---

<sup>8</sup> BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Saúde. **Guia de Diretrizes da Rede Ambulatorial Especializada de Reabilitação**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/2022/guia-diretrizes-rede-ambulatorial-reabilitacao-01-02-2022.pdf>.



A mesma lei determina o que é a educação especial e como deverá ser ofertada:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014, estabelece entre suas metas, a Meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Entre as estratégias da Meta 4, encontram-se





- universalização do atendimento escolar à demanda manifesta de crianças de zero a 3 anos público alvo da educação especial;
- implantação de salas de recursos multifuncionais;
- fomento à formação continuada de professores para o AEE;
- garantia de AEE conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;
- estímulo à criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores;
- garantia de oferta de educação inclusiva, promovida a articulação pedagógica entre ensino regular e AEE;
- fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso à escola e ao AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, TGD e AH/SD;
- combate às situações de discriminação, preconceito e violência com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- fomento a pesquisas sobre desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva;
- promoção do desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais desses estudantes;
- promoção da articulação intersetorial entre órgãos e políticas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias;

Em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Município aprovou a Lei nº 10.917, de 2016, com metas e estratégias semelhantes.

A Lei Municipal nº 11.416, de 2022 – Lei Municipal de Inclusão -, esclarece que é garantida a prioridade de matrícula para o estudante com deficiência na unidade escolar mais próxima de sua residência em condições adequadas de acessibilidade, conforme o desenho universal ou com adaptação razoável.

A mesma Lei determina:

- Sistema educacional inclusivo, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços





e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

- Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência;
- Oferta de AEE ao estudante com deficiência, TEA ou AH/SD, incorporado ao projeto pedagógico da instituição;
- Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada para o AEE;
- Oferta de profissional de apoio à inclusão escolar para o estudante com deficiência que dele necessite, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, garantindo-se a esse profissional a devida capacitação, orientação e supervisão;
- Inclusão de atividades desportivas na prática da educação física;
- Visão multidisciplinar que assegure a interação dos profissionais de educação e das áreas afins no atendimento, acompanhamento e desenvolvimento educacional desses estudantes;
- Manutenção de registros dos processos de avaliação, do acompanhamento do desempenho pedagógico e do desenvolvimento socioemocional dos estudantes com deficiência ou com AH/SD;
- AEE ofertado na educação infantil e no ensino fundamental, em sala de recursos multifuncionais especificamente equipadas para esse serviço.

Por fim, esclarece que o AEE é um serviço da educação especial que:

“identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.” (art. 15, §1º)

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como já foi dito, a compreensão do fenômeno da deficiência a partir do modelo social e de direitos significou um considerável avanço conceitual, pois tirou o foco dos impedimentos do sujeito e centrou o debate no papel social e nas possibilidades dessas pessoas. Desde então, os avanços científicos e políticos consistem justamente em entender a deficiência não como um atributo da pessoa, mas como resultado da interação social. Desse modo, o problema não está na deficiência em si, mas em ambientes inacessíveis que criam barreiras à participação plena dessa população (PLETSCH *et al*, 2021).

Educação inclusiva é um termo polissêmico e pode ser interpretado e conceituado de forma ampla, referindo-se a diferentes grupos sociais historicamente excluídos da escola. No caso específico das pessoas com deficiência, compreende-se que os sujeitos devem ter acesso à educação, participar das atividades educativas e aprender, o que



passa necessariamente pelo reconhecimento da diferença como constitutiva do humano e das especificidades no desenvolvimento dos sujeitos (PLETSCH *et al*, 2021).

Contudo, a matrícula em turmas comuns de ensino regular, conforme previsto nas políticas de educação inclusiva, tem sido relatada pelas mães e pelos profissionais da educação como fundamental para a interação e o desenvolvimento das crianças e adolescentes com deficiência (PLETSCH *et al*, 2021).

Cabe ressaltar que pesquisas têm evidenciado que a promoção do desenvolvimento integral, melhora da participação e consequente autonomia dos estudantes com deficiência requerem ações intersetoriais, considerando tanto aspectos da saúde quanto da escola e da assistência.

E o fortalecimento de ações intersetoriais entre educação, assistência social e saúde proporciona maior oferta, oportunidade e reforça as capacidades existentes nos equipamentos educacionais, promovendo inclusão escolar e promoção da qualidade de vida das crianças e de seus familiares (PLETSCH *et al*, 2021).

A assistência social busca assegurar os indivíduos e suas famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, trabalhando o desenvolvimento de autonomia, para que a pessoa com deficiência passe a exercer plenamente a sua cidadania com total apoio e auxílio nas circunstâncias especiais (SILVA *et al*, 2020).

A atuação dos profissionais da assistência social é particularmente importante nas situações de fragilização ou rompimento de vínculos ou afastamento do convívio familiar, apresentando assim a precarização dos cuidados familiares nas situações de dependência da pessoa com deficiência (SILVA *et al*, 2020).

Também terá um papel central no atendimento de pessoas com deficiência com algum grau de dependência ou que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas, precarização e/ou falta de cuidados adequados por parte do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, entre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (SILVA *et al*, 2020).



Nesses casos, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS - tem como propósito promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Os CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social têm equipes especializadas e pautadas no valor da família e do cuidador, visando à redução da exclusão social do dependente e do cuidador. O serviço também pode ser ofertado Unidades Referenciadas ao CREAS, no domicílio do usuário e/ou Centro-Dia (SILVA et al, 2020).

Pelo papel central que ocupa na vida de famílias e comunidades em que se localiza, a escola é o espaço por excelência para estruturar ações intersetoriais, principalmente no caso do atendimento integral de crianças com deficiência (PLETSCH et al, 2021).

A potencialidade da escola como espaço mobilizador de ações intersetoriais tem sido empregada em diferentes países do mundo pela sua expressividade sócio-demográfica relacionada à infância e à adolescência, mas também como espaço de enfrentamento de vulnerabilidades sociais (PLETSCH et al, 2021).

Investigações com crianças com deficiências severas têm indicado que a organização de ações e estratégias centradas na família são um caminho necessário para garantir não apenas os direitos sociais, mas também para efetivar seu desenvolvimento escolar (PLETSCH et al, 2021).

É preciso diferenciar inclusão e integração. “Educacionalmente falando, enquanto a integração defende que todos devem estar inseridos no espaço escolar, a inclusão vai para além; ela prevê o respeito à dignidade do indivíduo, ao exercício de sua cidadania, bem como a garantia de uma educação de qualidade que transpasse os muros da escola” (VASCONCELOS, 2022).

#### Dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação

- Segundo Vasconcelos (2022), os educadores participantes das amostras utilizadas se sentem despreparados para conduzir o processo de ensino-aprendizagem com alunos com transtorno do espectro autista e que, por vezes, reconhecem sua responsabilidade no processo.



- É unanimidade entre os professores a avaliação da necessidade de aprimoramento das práticas educativas para que se consiga ofertar uma educação de qualidade aos alunos com TEA (VASCONCELOS, 2022).

## Dificuldades apontadas pelos estudantes e suas famílias

- Ao se analisar a fala dos familiares de alunos com TEA, nota-se que a principal dificuldade apontada passa a ser a barreira atitudinal, bem como insuficiência de recursos e de profissionais capacitados nas escolas (VASCONCELOS, 2022).

## Dificuldades relacionadas à gestão intersetorial das políticas públicas

- Estudos acadêmicos apontam que, apesar de existir uma preocupação por parte dos gestores municipais em efetuar ações integradas e intersetoriais, ainda faltam diretrizes claras sobre como proceder para efetivar ações intersetoriais para a promoção integral das crianças, considerando a sua matrícula em turmas comuns das redes de ensino. Esses estudos mostram que, de maneira geral, os desafios e os problemas vão sendo enfrentados à medida que aparecem (PLETSCH *et al*, 2021).

## Desafios do processo de educação inclusiva

- Foram encontradas, grosso modo, três principais demandas: as barreiras no processo de inclusão escolar, a necessidade de formação continuada dos professores e a autonomia do aluno com transtorno do espectro autista (VASCONCELOS, 2022).

## Necessidade de adaptações na prática escolar para promoção da educação inclusiva

- Segundo Oliveira (2020), o indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo.



- As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola (OLIVEIRA, 2020)

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2023.

Laurence T. Costa Timo

Consultora Legislativa em Educação e Cultura

Thamires Ferreira

Consultora de Saúde

Otávio Debien Andrade

Consultor de Ciências Sociais e  
Políticas



**Legislação pertinente**

**Legislação Federal:**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, artigos 214 e 227

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**, que “Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.”;

**LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**, que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.”;

**Legislação Municipal:**

**- LEI ORGÂNICA**

**- LEI Nº 10.917, DE 14 DE MARÇO DE 2016:** Aprova o Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte e dá outras providências.

**- LEI Nº 3.908, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1984**, que “Cria salas de recursos nas escolas da rede municipal de ensino”.

**- LEI Nº 11.416, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022**, que “ Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida”.



## **Bibliografia**

PLETSCH, Márcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. A favor da escola pública: a intersectorialidade como premissa para a educação inclusiva. *Revista Teias*, v. 22, n. 66, jul./set. 2021.

VASCONCELOS, Joelson Menezes de. Inclusão escolar da criança e do adolescente com TEA: uma revisão sistemática de literatura de 2015 a 2021. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 33, 6 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

SILVA, Geovanna dos Santos da; LOPES, Isabela Cristina Moraes; QUINTANA, Silmara Cristina Ramos. O serviço social como articulador da inclusão da pessoa com transtorno do espectro autista. *Revista Educação em Foco*, Edição nº 12, 2020.